



**COMITÊS PCJ**

Rua Alfredo Guedes, 1949  
Edifício Racz Center | Sala | 604

19 3437.2100  
13416.901 | Piracicaba - SP | Brasil  
se.pcj@agenciapcj.org.br

www.comitepcj.sp.gov.br

59000 031636 2019 64  
12/12/19 - 02:30  
MDR - SEDOC BL. "E"

Piracicaba, 13 de dezembro de 2019.

Ofício Comitês PCJ nº 138/2019

Assunto: Indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ para desempenhar as funções de Agência de Água.

Prezado Senhor:

Com amparo no disposto no art. 1º da Lei Federal nº 10.881/2004, a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência PCJ) celebraram, em 24 de janeiro de 2011, com a interveniência dos Comitês PCJ, o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, visando ao exercício, pela Agência PCJ, das funções de Agência de Água na área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ FEDERAL).

Considerando que tal contrato finda sua vigência em 31 de dezembro de 2020, conforme disposto em sua Cláusula Décima, informamos que a indicação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) de entidade delegatária das funções de Agência de Água na área de atuação do PCJ FEDERAL foi objeto de discussão durante a 9ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 13 de dezembro de 2019, no município de São Pedro/SP.

Face à constatação, pelos Comitês PCJ, do reiterado atendimento às metas estabelecidas pela ANA no referido Contrato de Gestão, e em seus aditivos, bem como da excelência na execução pela Agência PCJ das funções de Agência de Água como entidade delegatária, encaminhamos, para apreciação do CNRH, a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/19, de 13 de dezembro de 2019, que *aprova a indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ para desempenhar, transitoriamente, funções de Agência de Água dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí como entidade delegatária das funções de Agência de Água PCJ, até 31 de dezembro de 2035.*

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Barjas Negri**  
Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

Ao Senhor  
**Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto**  
Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH  
BRASÍLIA/DF



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/19, de 13/12/2019

*Aprova indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ para desempenhar, transitoriamente, funções de Agência de Água dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá como entidade delegatária das funções de Agência de Água PCJ.*

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 9ª Reunião Ordinária Conjunta, no âmbito de suas respectivas competências:

**Considerando** o disposto no artigo 51, da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com redação alterada pelo artigo 10 da Lei Federal nº 10.881, de 9 de junho de 2004, pelo qual o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos poderão delegar a organizações sem fins lucrativos, por eles reconhecidas, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos;

**Considerando** o disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 10.881, de 9 de junho de 2004, pelo qual a Agência Nacional de Águas (ANA) poderá firmar contratos de gestão, por prazo determinado, com entidades sem fins lucrativos que receberem delegação do CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos artigos 41 e 44 da Lei Federal nº 9.433, relativas a recursos hídricos de domínio da União;

**Considerando** os termos da Deliberação dos Comitês nº 054/09, de 11/12/2009, que aprovou a indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ para desempenhar, transitoriamente, funções de Agência de Água dos Comitês PCJ como entidade delegatária das funções de Agência de Água PCJ até 31 de dezembro de 2020;

**Considerando** a necessidade de manutenção e aprimoramento de uma estrutura técnica, administrativa e financeira, com personalidade jurídica própria, vinculada institucionalmente ao PCJ FEDERAL e ao CBH-PCJ, voltada à operacionalização de suas deliberações e que desempenhe as funções de Agência de Água e Agência de Bacias, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ);

**Considerando** a avaliação dos Comitês PCJ de que a Fundação Agência das Bacias PCJ desempenhou adequadamente todas as funções a ela delegadas, demonstradas no "Relatório de 10 anos", constante no Anexo desta Deliberação, atendendo aos requisitos para desempenhar as funções de Agência de Água nas Bacias PCJ;

**Considerando** que o Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ aprovou o Plano de Trabalho, referente ao exercício 2020, no qual consta o acompanhamento do processo e os procedimentos necessários para a nova resolução de indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ, junto ao CNRH, para exercer, a partir de 2021, as funções de Agência de Água nas Bacias PCJ;

**Considerando** que o processo de revisão do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, em curso, tem como horizonte de planejamento o período de 2020 a 2035, sendo necessário o apoio executivo referente às funções de Agência de Água para o cumprimento das metas e ações a constarem da versão final do plano;

**Considerando** que o assunto foi apreciado e aprovado na 77ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento, realizada em 13/11/2019, nas dependências do Consórcio PCJ, em Americana/SP;

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## Deliberam:

**Art. 1º** - Fica aprovada a indicação, ao CNRH, da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para continuar a desempenhar, por prazo determinado, até 31 de dezembro de 2035, as funções de Agência de Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí como Entidade Delegatária (ED) dessas funções.

**Art. 2º** - Esta deliberação, após sua aprovação pelos Comitês PCJ, deve ser encaminhada ao CNRH para apreciação e providências cabíveis.

**Art. 3º** - Esta deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelos Comitês PCJ.

**LUIZ ROBERTO MORETTI**  
Secretário-executivo  
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

**BARJAS NEGRI**  
Presidente  
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL



# Comitês PCJ

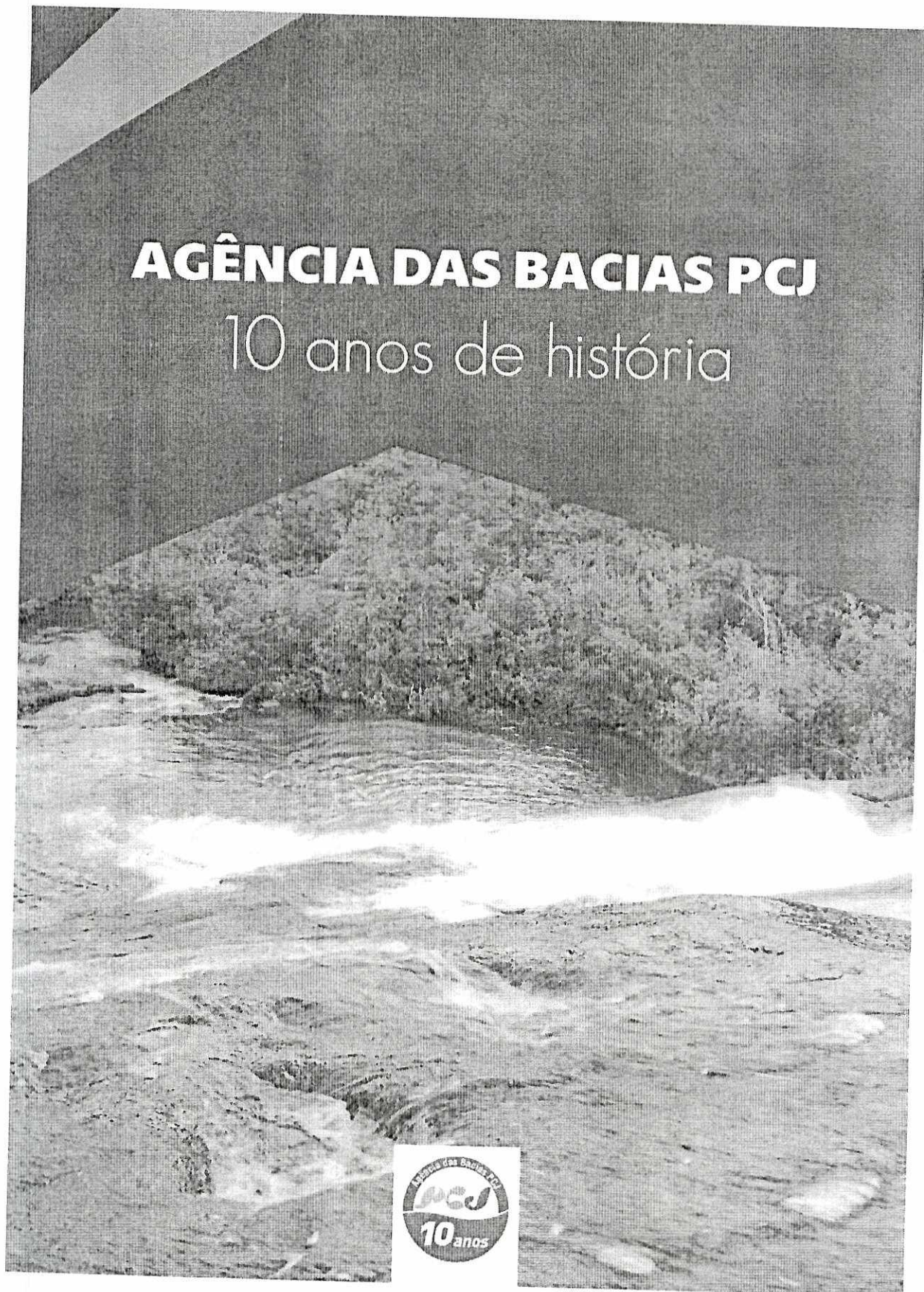
Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ANEXO – Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/19, de 13/12/2019

## AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

10 anos de história



*M. Couto*



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## DECLARAÇÕES CORPORATIVAS DA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

### NOSSA MISSÃO

Executar ações para a implantação das políticas de recursos hídricos dos Comitês PCJ fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira.

### NOSSA VISÃO DE FUTURO – HORIZONTE ATÉ 2035

Ser reconhecida pela sociedade por sua eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida. A Agência das Bacias PCJ aspira, até 2035, alcançar os seguintes desafios:

**Conquistar** o reconhecimento da sociedade pelos benefícios gerados com a implantação das políticas de recursos hídricos.

**Consolidar-se** como modelo de Agência de Bacias Hidrográficas pelas práticas de suporte à gestão dos recursos hídricos.

**Facilitar** a comunicação, o relacionamento e o processo de cooperação entre os diversos atores dos Comitês das Bacias PCJ.

**Tornar-se** uma marca de credibilidade quando associada ao adequado suporte à gestão dos recursos hídricos.

**Alcançar** alto grau de excelência em gestão de projetos e conhecimento tecnológico em recursos hídricos.

### NOSSOS VALORES

Sustentam as Premissas Norteadoras das Nossas Atitudes, Orientam a Nossa Postura e Guiam Todas as Tomadas de Decisão:

**Transparência e Integridade:** Agimos em todas as circunstâncias orientados por uma conduta ética, gerando e disponibilizando informações corretas, claras e confiáveis.

**Integração e Cooperação:** Cultivamos o diálogo, a colaboração e a parceria entre organizações que, juntos, são capazes de gerar resultados duradouros.

**Comprometimento:** Atuamos com responsabilidade, dedicação e empenho para honrar nossos compromissos e ter sucesso no cumprimento de nossos objetivos.

**Empreendedorismo:** Desempenhamos nossas atividades com iniciativa, criatividade e realismo para apresentar soluções inovadoras e executá-las.

**Excelência em Gestão:** Buscamos atingir melhoria contínua em todos os processos de gestão, aliada a práticas que assegurem altos níveis de desempenho.



*M. Anta*

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## APRESENTAÇÃO

Passados dez anos desde a criação da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ, o trabalho da equipe cresce e se consolida a cada ano. Nossos profissionais têm se dedicado cada vez mais à gestão eficiente dos recursos hídricos, visto que as Bacias PCJ continuam se desenvolvendo economicamente, o que demanda cada vez mais investimentos e projetos bem consolidados.

Vale destacar que os trabalhos da Agência das Bacias PCJ são acompanhados pelos membros dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ, colaboradores da instituição, usuários pagadores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e, sobretudo, a população das Bacias PCJ.

Dentro do seu compromisso com as Declarações Corporativas, com destaque para os valores de transparência e integridade, e excelência em gestão que sustentam as premissas norteadoras da postura e guiam todas as tomadas de decisão, a Agência das Bacias PCJ apresenta a seguir um resumo das principais ações desenvolvidas ao longo de seus 10 anos de existência.

Podemos afirmar que as ações puderam acrescentar aos colaboradores da Agência das Bacias PCJ bagagem profissional e pessoal para continuarem seus trabalhos enquanto uma equipe que acredita no que faz e se desafia cotidianamente, buscando sempre novas formas de melhorar o trabalho e contribuir para com a sociedade que precisa conhecer e, com certeza, conhecerá cada vez mais o nosso trabalho.

Temos confiança na assertividade do trabalho que realizamos e em nossa capacidade de vencer os desafios. Nossos projetos são realizações conquistadas em virtude da união – entre nossos membros, nossos parceiros, entidades e associações, que compõem um grupo integrado e participativo.

## EXPEDIENTE

O Relatório de 10 anos da Agência das Bacias PCJ é uma publicação de responsabilidade da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ.

**Supervisão:** Presidência, Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa e Financeira)

**Organização:** Coordenação de Gestão

**Execução:** novembro de 2019



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ – Agência das Bacias PCJ

**Diretor-presidente**  
Sergio Razera

**Diretor Administrativo e Financeiro**  
Ivens de Oliveira

**Diretora Técnica**  
Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

**Coordenador Administrativo**  
Eduardo Massuh Cury

**Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos**  
Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

**Coordenador Financeiro**  
Tony Douglas Segatto

**Coordenadora de Gestão**  
Kátia Rossi Gotardi Piccin

**Coordenador do Sistema de Informações**  
Eduardo Cuoco Léo

**Coordenadora de Projetos**  
Elaine Franco de Campos

**Analista Administrativo**  
Laís Maria Spinelli

**Analista de Informática**  
Alexandre Henrique Bicudo da Silva

**Analistas Técnicos**  
Leonardo Lucas Baumgratz  
Maria Eugenia Martins

**Analista Administrativo**  
Juliana Prado Guilmo

**Auxiliar Técnico**  
Fábio de Faria Coca

**Assessora de Comunicação**  
Ivanise Milanez

### Colaboradores

Aline de Fátima Rocha Meneses Moura  
Aline Dória de Santi  
Ana Paula de Oliveira Fischer  
Bruna Caroline Juliani  
Bruna Eveline Domingos Petrini  
Camila Amaral de Moraes  
Carla de Campos Cecatti  
Carlos Henrique Moraes Luiz  
Carolina Prado Gazioli  
Charles Diego da Costa  
Danilo Carlos Ferreira Costa  
Diogo Bernardo Pedrozo  
Felipe Loschiavo Requena  
Gabriela Nery da Silva Mattos  
Julia Nogueira Gomes  
Juliana Franco Ustulin  
Juliano Boscarol  
Kaique Duarte Barretto  
Karla Romão  
Livia Maria Ongaro Modolo  
Lucas Barbosa  
Maria Carolina Morais Coelho Moura  
Marina Peres Barbosa  
Mateus de Oliveira Ismael  
Mateus Maroun  
Mayara Sakamoto Lopes  
Rafael da Silva Nunes  
Rebeca Cristine Ferreira da Silva  
Rodolfo Bassani  
Sheron Agnez da Silva  
Tatianna Cury Abe  
Thais Manoel

### Estagiários

Allan Patrick Campos do Carmo  
Beatriz Jardim de Almeida  
Bruno Font Aranda  
Carolina da Costa Trindade  
Fábio Alves Lico Mascarin  
Guilherme Vinicius Rosa Cristóvão  
Ítalo Rafael Ferreira Guedes  
Laura Silvestrini Canola  
Victor Gabriel de Felipe

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## SUMÁRIO

<b>1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>6</b>
1.1. Atuação como Entidade Delegatária .....	8
1.2. Finanças .....	9
1.3. Secretaria-Executiva .....	13
1.4. Gestão de pessoas .....	14
1.5. Planejamento Estratégico .....	14
1.6. Plano de Melhoria e Gestão .....	15
1.7. Prestação de contas e transparência .....	16
1.8. Sustentabilidade Corporativa .....	16
<b>2. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO .....</b>	<b>18</b>
2.1. Cobrança pelo uso dos recursos hídricos .....	18
2.2. Outorgas e Cadastro .....	20
2.3. Enquadramentos dos Corpos D'água .....	21
2.4. Plano de Bacias .....	23
2.5. Relatório de Situação .....	24
2.6. Sistemas de Informações .....	26
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>28</b>

*M. F. Costa*



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## 1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

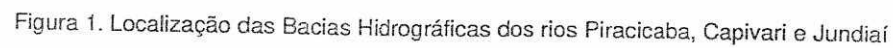
A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ) é o braço executivo dos Comitês PCJ, sendo responsável pelo desenvolvimento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ e o gerenciamento dos recursos financeiros arrecadados tanto com a cobrança pelo uso das águas nos rios de domínio da União, como nos rios de domínio do estado de São Paulo, bem como dos recursos da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico. É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias.

Foi oficialmente constituída no ano de 2009, instalada de acordo com os preceitos da Lei Estadual Paulista nº 10.020/98, a qual rege a criação e funcionamento das Fundações Agências de Bacias Hidrográficas no estado de São Paulo. No ano seguinte, recebeu competência para exercer as funções de Agência de Água das Bacias PCJ, no âmbito Federal, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 111/2010, denominada Entidade Delegatária (ED).

Entre suas atribuições estão: propor aos Comitês PCJ o plano de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com as Cobranças PCJ, inclusive financiamentos de investimentos a fundo perdido; fornecer subsídios aos Comitês PCJ para que estes deliberem sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, inclusive com valores a serem cobrados, bem como suas atualizações; analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos; promover os estudos necessários para a gestão de recursos hídricos em sua área de atuação; elaborar relatórios anuais sobre a situação dos recursos hídricos nas Bacias PCJ; aplicar os recursos arrecadados à conta da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e atividades e ações previstas no plano de aplicação e na proposta orçamentária anuais ou plurianuais, aprovados pelos Comitês PCJ, em conformidade com o Plano de Bacias das Bacias PCJ, com o cronograma de desembolso anual ou plurianual e com as metas referentes ao Contrato de Gestão.

A Agência das Bacias PCJ atua em 76 municípios, total ou parcialmente inseridos dentro das Bacias PCJ, localizadas nos estados de São Paulo e Minas Gerais, conforme apresentado na Figura 1. Com elevado potencial econômico, estas Bacias possuem um importante parque industrial e garantem o abastecimento de água para mais de 5,7 milhões de habitantes. A riqueza socioeconômica da região atraiu empresas de diversos segmentos e grandes universidades, gerando capital e conhecimento que demandam cada vez mais insumos para melhorias. Os recursos hídricos são, então, fonte de geração de riqueza e focos de estudos nesta área de abrangência.

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)





# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Acesse nosso site  
para mais informações  
sobre o Contrato de  
Gestão nº  
003/ANA/2011



## 1.1. Atuação como Entidade Delegatária

Conforme exposto, a Agência das Bacias PCJ recebeu competência para exercer as funções de Agência de Água nas Bacias PCJ, no âmbito Federal, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 111/2010. Para exercer tais funções, foi celebrado em 2011 o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 com a Agência Nacional de Águas (ANA), com vigência até 31 de dezembro de 2020.

Suas responsabilidades como Entidade Delegatária e metas e serem cumpridas com base em indicadores de desempenho estão estabelecidas no Programa de Trabalho constante do Contrato de Gestão com a ANA e seus respectivos aditivos, aprovados pelos Comitês PCJ por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 136/11, de 16/12/2011 e da Deliberação dos Comitês PCJ nº 286/17, de 15/12/2017, além das previstas em seu Estatuto.

Para apresentar os resultados alcançados pela Agência das Bacias PCJ, face às metas e indicadores de desempenho acordados no referido Contrato de Gestão, ao final de cada ano é elaborado um relatório de prestação de contas e este é remetido para avaliação da Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão (CAV), constituída conforme resolução da Agência Nacional de Águas (ANA). Os conceitos de avaliação são definidos entre "ótimo", "regular", "bom" e "insuficiente", conforme apresentado abaixo na Figura 2.

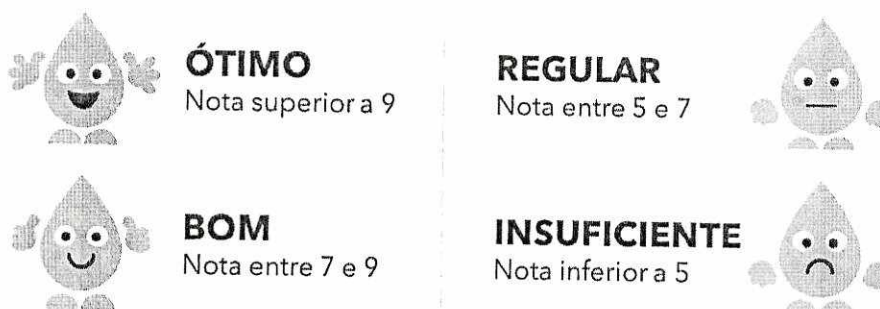


Figura 2. Conceitos de avaliação Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011

A avaliação do desempenho da Agência das Bacias PCJ é realizada considerando os seguintes aspectos: conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica da Entidade Delegatária; Plano de Aplicação Plurianual (PAP); enquadramento; implementação do Plano das Bacias PCJ; índice de desembolso anual e índice de desembolso acumulado referente aos recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União; avaliação da cobrança pelos usuários;

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



atendimento ao usuário em cobrança; cadastro de usuários; a avaliação da Entidade Delegatária pelos membros dos Comitês PCJ; e gestão da informação e transparência pública.

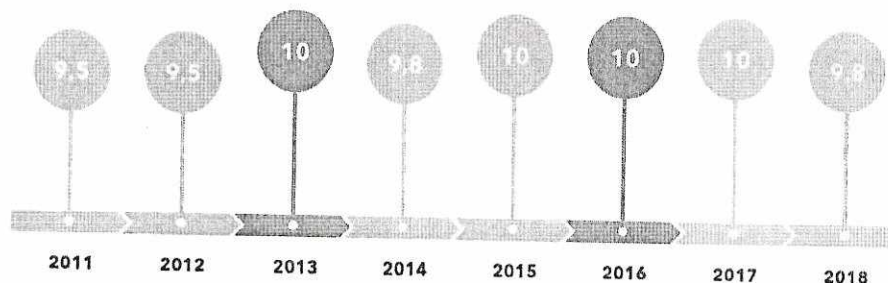


Figura 3. Série histórica com os resultados obtidos pela Agência das Bacias PCJ

Desde 2011, a Agência das Bacias PCJ tem alcançado níveis de excelência nas avaliações do Contrato de Gestão, recebendo desde então o conceito "ótimo" por cumprir as metas estabelecidas, conforme apresentado na Figura 3. O resultado é fruto de um trabalho de toda a equipe, que atua com dedicação, responsabilidade e transparência junto aos Comitês PCJ. O conceito "ótimo" possibilita à Agência das Bacias PCJ continuar exercendo suas funções de Entidade Delegatária, conforme Contrato de Gestão.

## 1.2. Finanças

As receitas provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos rios de domínio da União nas Bacias PCJ são transferidas à Agência das Bacias PCJ pela ANA, conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.881, de 9 de junho de 2004 e no Contrato de Gestão ANA 003/2011.

Do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio operacional. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio por cento) é estabelecido para projetos de preservação, conservação e recuperação dos mananciais das Bacias PCJ.

Ressalta-se que a Resolução ANA nº 2.018, de 15 de dezembro de 2014, estabelece que os recursos arrecadados e os respectivos rendimentos financeiros não utilizados no exercício financeiro poderão ser utilizados no exercício subsequente. Neste sentido, os valores referentes ao "total disponível para custeio" apresentados na Figura 4, somam 7,5% (sete e meio por cento) da Cobrança PCJ Federal do ano corrente, mais 7,5% (sete e meio por cento) relativos aos rendimentos financeiros do



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



ano corrente e mais os saldos de recursos financeiros não utilizados referente ao exercício anterior.

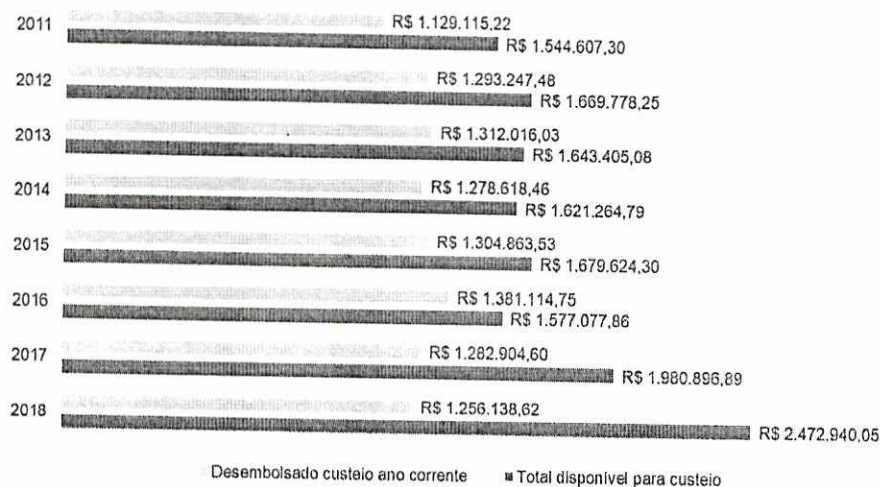


Figura 4. Comparativo entre valor disponível para custeio administrativo em relação ao valor gasto com custeio administrativo (2011 a 2018)

Em relação ao saldo restante da receita arrecadada com a Cobrança PCJ Federal (92,5%), há uma meta do Contrato de Gestão para a elaboração de um Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) a fim de planejar os estudos, planos, projetos e ações a serem executadas, visando otimizar a aplicação dos recursos, bem como qualificar e alavancar investimentos para as Bacias PCJ.

Neste sentido, em 14 de dezembro de 2012, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12 a Agência das Bacias PCJ teve o seu primeiro Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) aprovado. Novamente, em 16 de dezembro de 2016, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, foi aprovado o PAP-PCJ para o período 2017 a 2020.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Tabela 1. Contratações PAP-PCJ (2013 a 2019)

Programas	Contratado 2013 – 2019 <sup>1</sup>
Programa de uso racional de água	R\$41.035.853,20
Recuperação da qualidade dos corpos d'água	R\$20.000.438,14
Sistemas de informações	R\$13.534.501,01
Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	R\$9.694.038,79
Cadastros e outorgas	R\$8.828.794,93
Política de recuperação, conservação e proteção de mananciais	R\$5.907.671,26
Educação ambiental, cursos, capacitações e comunicação social	R\$3.555.488,42
Planos diretores e estudos	R\$3.253.057,36
Programa de efetivação do enquadramento dos corpos d'água	R\$2.995.909,81
Macro drenagem e desassoreamento	R\$1.911.414,53
Apoio à gestão e fortalecimento do Comitê PJ	R\$1.177.783,48
<b>Total</b>	<b>R\$111.894.950,93</b>

Nota 1: Dados atualizados até o 1º trimestre de 2019.

O programa elencado pelo PAP-PCJ, no período de 2013 a 2019, com maior valor de contratação foi "uso racional de água", que constitui uma das principais metas do Plano das Bacias 2010-2020, onde vem sendo aportados recursos financeiros significativos das Cobranças PCJ para combate às perdas hídricas. Neste sentido, conforme evidenciado acima na Tabela 1, o "Programa de uso racional da água", representou cerca de 37% do valor total contratado, seguido pelo "Programa de Recuperação da qualidade dos corpos d'água" e "Sistemas de Informações", representando 18% e 12% do valor total contratado, respectivamente.

Conforme Contrato de Gestão, a Agência das Bacias PCJ deve apresentar anualmente o indicador 3A – Índice de Desembolso Anual. Esse indicador aponta a proporção (%) entre o valor desembolsado anual (custeio administrativo e investimento) e o valor repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros. A Agência das Bacias PCJ tem desembolsado, desde o exercício de 2015, um percentual superior a 100% em relação aos valores arrecadados, conforme apresentado abaixo na Tabela 2.

*M. P. Antti*



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Tabela 2 - Comparativo entre receita e desembolso anual acumulado da Cobrança PCJ Federal (2006 a 2018)

Período	Anual			Acumulado			
	Receita (R\$)	Desembolso (R\$)	%	Receita (R\$)	Desembolso (R\$)	Saldo (R\$)	%
2006	10.772.194,32	1.596.813,88	14,82%	10.772.194,32	1.596.813,88	9.175.380,44	14,82%
2007	14.921.681,07	3.323.304,94	22,27%	25.693.875,39	4.920.118,82	20.773.756,57	19,15%
2008	19.624.323,53	4.944.355,14	25,20%	45.318.198,92	9.864.473,96	35.453.724,96	21,77%
2009	20.019.026,57	7.827.085,43	39,10%	65.337.225,49	17.691.559,39	47.645.666,10	27,08%
2010	21.633.128,50	11.062.893,89	51,14%	86.970.353,99	28.754.453,28	58.215.900,71	33,06%
2011	20.594.763,98	12.231.434,09	59,39%	107.565.117,77	40.985.887,37	66.579.230,40	38,10%
2012	22.263.709,99	24.431.618,96	109,74%	129.828.827,76	65.417.506,33	64.411.321,43	50,39%
2013	21.292.968,00	19.951.264,96	93,70%	151.121.795,76	85.368.771,29	65.753.024,47	56,49%
2014	22.984.941,74	17.251.220,58	75,05%	174.106.737,50	102.619.991,87	71.486.745,63	58,94%
2015	20.557.950,36	21.552.810,81	104,84%	194.664.687,86	124.172.802,68	70.491.885,18	63,79%
2016	17.813.648,40	23.223.692,74	130,37%	212.478.336,26	147.396.495,42	65.081.840,84	69,37%
2017	23.223.672,81	26.107.636,84	112,42%	235.702.009,07	173.504.132,26	62.197.876,81	73,61%
2018	23.666.269,66	32.751.462,88	138,39%	259.368.278,73	206.255.595,14	53.112.683,59	79,52%
<b>Total</b>	<b>259.368.278,73</b>	<b>206.255.595,14</b>	<b>80%</b>				

Na Figura 5 observa-se a evolução do valor acumulado dos repasses realizados pela ANA e rendimentos financeiros auferidos, bem como dos desembolsos realizados no período de 2011 a 2018.

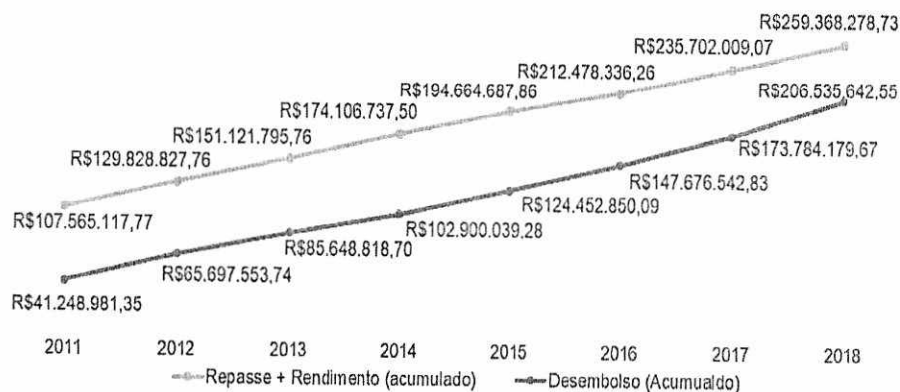


Figura 5. Evolução dos repasses realizados pela ANA comparados aos desembolsos realizados pela Agência das Bacias PCJ

*[Assinatura]*

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL.)



Nota-se que o índice de desembolso acumulado evoluiu ao longo dos anos, alcançando um índice de aproximadamente 80% em relação ao total de receitas obtidas desde o início da Cobrança PCJ Federal. É importante destacar que já foram contratados cerca de 95% dos recursos arrecadados e obtidos através de rendimentos financeiros da Cobrança PCJ Federal desde 2006.

## 1.3. Secretaria-Executiva

Os Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ) são a instância para a tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ, possuem diretoria integrada e apresentam em sua estrutura três plenários, conforme apresentado abaixo na Figura 6.

Para apoiar em sua tomada de decisões, os Comitês PCJ recebem o apoio de 12 Câmaras Técnicas formadas por equipes colegiadas, de caráter consultivo, e contam com grupos de trabalho ou acompanhamento que discutem, analisam e consolidam projetos e atividades específicas de interesse dos Comitês PCJ.

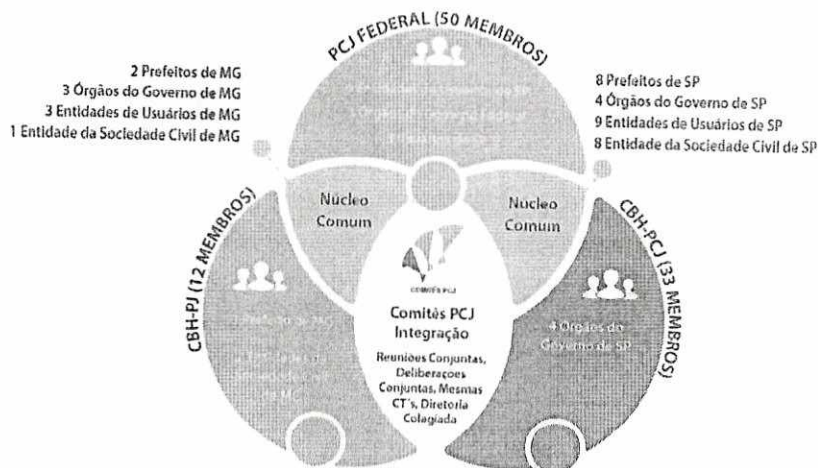


Figura 6. Composição dos Comitês PCJ

Para atender a esta estrutura, que envolve mais de 1.080 pessoas, a Agência das Bacias PCJ, em sua função de Secretaria-Executiva, prima pelo pronto atendimento e excelência no serviço oferecido. Prova disto é o cumprimento dos prazos e das normativas estabelecidas nos regimentos internos dos Comitês PCJ no tocante à mobilização social, ou seja, todas as convocações são realizadas com antecedência, atendendo aos prazos de 20 dias para reuniões ordinárias e 10 dias para reuniões extraordinárias.



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## 1.4. Gestão de pessoas

O quadro funcional da Agência das Bacias PCJ era formado por 47 colaboradores no fim de 2018. Em 2019, em função do aumento da demanda por assessoria técnica especializada em função dos projetos recentes dos Comitês PCJ, houve aumento de 27%, totalizando 60 colaboradores, entre funcionários, terceirizados e estagiários.

Vale destacar que todos os colaboradores da Agência das Bacias PCJ possuem formação em nível superior e, no caso dos estagiários, todos estão em formação. Além disso, sempre que um colaborador necessita de especialização em determinado assunto para desempenhar suas funções, a instituição busca vias para proporcionar sua capacitação.

Em 2018, essa ação ganhou um reforço com o mapeamento de competências, habilidades e atitudes dos profissionais. Esse trabalho resultou no perfil de colaborador desejado pela Agência das Bacias PCJ para as novas contratações e apontou algumas necessidades de capacitação que devem ser planejadas. Esta forma de estrutura organizacional visa favorecer o atendimento adequado às demandas dos Comitês PCJ.

## 1.5. Planejamento Estratégico

A Agência das Bacias PCJ elaborou pela primeira vez o seu Planejamento Estratégico no ano de 2016, com sete macro-ações priorizadas e consideradas impulsionadoras e de alto grau estratégico para os anos de 2017 e 2018. Neste período, a instituição deu início a uma série de iniciativas, sendo que muitas delas envolveram processos internos, com olhar para as dimensões social, ambiental e econômica.

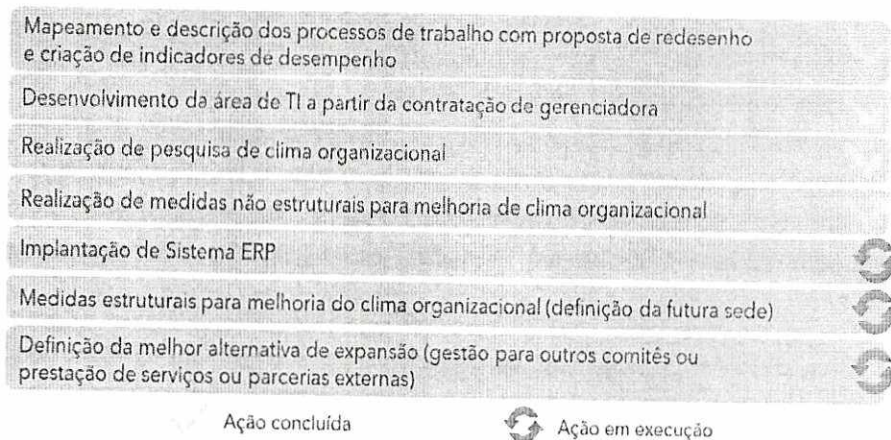


Figura 7. Situação das ações elencadas no Planejamento Estratégico (2017 a 2018)

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Entre as sete ações priorizadas, quatro já estão concluídas e três ainda estão em execução, conforme apresentado acima na Figura 7. Entre as ações que ainda estão em execução, segue fase atual de desenvolvimento: a) Implantação de Sistema ERP, em fase de implantação do Projeto de Ambiente Integrado; b) medidas estruturais para melhoria do clima organizacional (definição sede própria), em fase de realização dos trâmites burocráticos em Cartório para a efetivação da doação do terreno pela Prefeitura de Piracicaba; c) Definição da melhor alternativa de expansão para gestão de outros comitês ou prestação de serviços ou parcerias externas, em fase de contratação de consultoria para o desenvolvimento do sistema de Custeio ABC, que permitirá visualizar o real custo de cada atividade e processo realizado pela Agência das Bacias PCJ.

Para os anos de 2020 a 2023 houve a elaboração de um novo Planejamento Estratégico, desta vez o desenvolvimento dos trabalhos contou com a participação de todos os colaboradores por meio de uma oficina, além da participação da Diretoria e das Coordenações da Agência das Bacias PCJ. A metodologia utilizada foi a *Balanced Scorecard* (BSC) e resultou na definição de 03 perspectivas, 11 temas, 34 objetivos estratégicos e 71 iniciativas.

## 1.6. Plano de Melhoria e Gestão

Em 2018, a Agência das Bacias PCJ elaborou Plano de Melhoria e Gestão para adotar boas práticas de Governança Corporativa e de controle interno e, a partir de então, iniciou a implantação das ações indicadas. Cerca de 87% das ações propostas no referido plano estão implantadas, sendo elas: elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023; elaboração do Código de Ética e definição do Comitê de Ética; promoção de cursos de capacitação aos colaboradores; elaboração da avaliação de desempenho dos colaboradores, dentre outros.

Em 2020, a Agência pretende finalizar o plano de ação em andamento, com iniciativas como a conclusão da gestão arquivística de documentos, fundamental para implantação do projeto ED Digital - Papel Zero, e implementar a metodologia de custeio baseado em atividades, uma meta do Contrato de Gestão firmado com a ANA, que permite visualizar o real custo de cada atividade e processos realizados pela Agência das Bacias PCJ, proporcionando utilizar os recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ de forma racional e eficiente. Além disso, esta iniciativa também está relacionada ao projeto de expansão, onde a instituição avalia a possibilidade de prestar serviços para outros Comitês, firmar parcerias externas ou tornar-se Agência de Bacias ou Entidades Delegatárias de outros Comitês.



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## 1.7. Prestação de contas e transparência

Boas práticas de governança permitem às organizações a adequada prestação de contas por parte de seus órgãos de composição, seus integrantes e administradores relevantes no processo de tomada de decisão. A aprovação das contas anualmente para os órgãos de governança e de controle externo, por exemplo, é um indicador de credibilidade e transparência na atuação da Agência das Bacias PCJ, que obteve todas as suas contas aprovadas ao longo de seus 10 anos.

Destaca-se ainda que a instituição realiza prestação de contas para oito diferentes instâncias de controle, conforme apresentado na Figura 8.

A disponibilização de informações sobre suas ações e atividades para as partes interessadas é feita de forma proativa e não apenas atendendo ao cumprimento de leis ou regulamentos. A Agência das Bacias PCJ disponibiliza em seu site informações sobre licitações, contratos administrativos, receitas e despesas, demonstrativos contábeis, bem como os pareceres emitidos pelos órgãos de controle externo.

Nesse mesmo sentido, a adesão ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo (SIC.SP), em dezembro de 2018, endossa a transparência na comunicação com as partes interessadas. O SIC.SP é um sistema do Arquivo Público do Governo do Estado de São Paulo no qual é possível qualquer interessado solicitar documentos e dados dos órgãos e entidades da Administração Pública Paulista.

## 1.8. Sustentabilidade Corporativa

Nos últimos anos as demandas no setor público para adoção de práticas sustentáveis em seus órgãos têm crescido consideravelmente. A sustentabilidade corporativa exige mudanças de postura e práticas das instituições, sendo que também é necessária a cooperação e a união dos colaboradores. Neste sentido, a Agência das Bacias PCJ tem aderido a diversos programas visando a construção de uma nova cultura institucional.

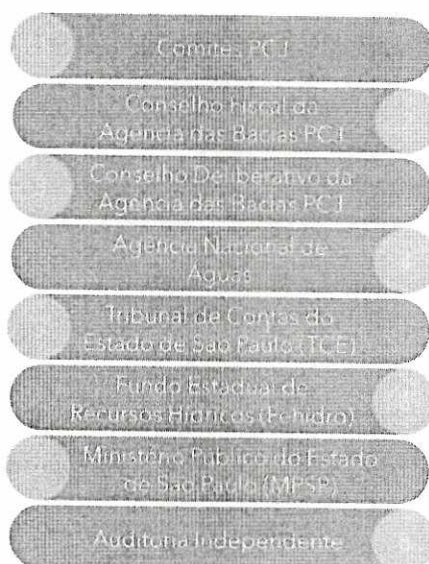


Figura 8. Instâncias de controle para prestação de contas

*M. P. P.*

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBII-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Em dezembro de 2017, a ANA, deliberou como meta do Contrato de Gestão com a Agência das Bacias PCJ a implantação, operacionalização e manutenção do Projeto ED Digital - Papel Zero, visando maior agilidade dos processos e a economia dos recursos utilizados pela instituição, principalmente papéis e toners. Para isto, a ANA disponibilizou o total de R\$ 625.000,00 de seu orçamento para que a instituição pudesse cumprir as metas estabelecidas.

Adicional ao proposto pela ANA, em dezembro de 2018, a Agência das Bacias PCJ aderiu ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Seu principal objetivo é induzir um modelo de gestão pública, que corrija e reduza os impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho, estimulando os colaboradores a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades, proporcionando economia de recursos naturais e à eficiência dos gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Além disso, vale destacar que a instituição tem aderido a outros programas, em busca de maior sustentabilidade, transparência e aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos. Em 2018, a instituição aderiu ao Pacto Global, tornando-se a primeira Agência de Bacias do mundo vinculada ao programa. Também participa do Acordo de Paris e está se organizando para a implantação da ISO9001:2015.

Visando a prestação de contas e divulgação dos resultados alcançados com os programas citados, a instituição aderiu à Metodologia GRI (Global Reporting Initiative) para elaboração de seu Relatório Institucional no ano de 2018.



Acesse nosso site  
para mais informações  
sobre o Relatório  
Institucional 2018



*M. Month*



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Os instrumentos de gestão utilizados para garantir a aplicação da Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, compreendem os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a compensação a municípios; e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Os recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União (Cobrança PCJ Federal) utilizados para implementação dos instrumentos de gestão nas Bacias PCJ estão previstos no Plano de Aplicação Plurianual da Bacias do PCJ (PAP PCJ). No PAP PCJ está prevista a aplicação de aproximadamente 25% dos recursos financeiros para os instrumentos de gestão, no período de 2017 a 2020, equivalente a mais de R\$ 29 milhões.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é um dos instrumentos de gestão instituídos na Lei Estadual Paulista nº 7.663/91, na Lei Federal nº 9.433/91 e na Lei Estadual Mineira nº 13.199/99. Tem por objetivo reconhecer a água como um bem público de valor econômico, visando a incentivar o uso racional e sustentável da água; obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e de saneamento; distribuir o custo socioambiental pelo uso degradador e indiscriminado da água; e utilizar a cobrança como instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos.

Nas Bacias PCJ, a implantação efetiva da cobrança pelo uso dos recursos hídricos teve início em janeiro de 2006, em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal). Após um ano, em janeiro de 2007, foi iniciada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista) e, em 2010, a mesma medida foi adotada no Estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira).

Month

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)

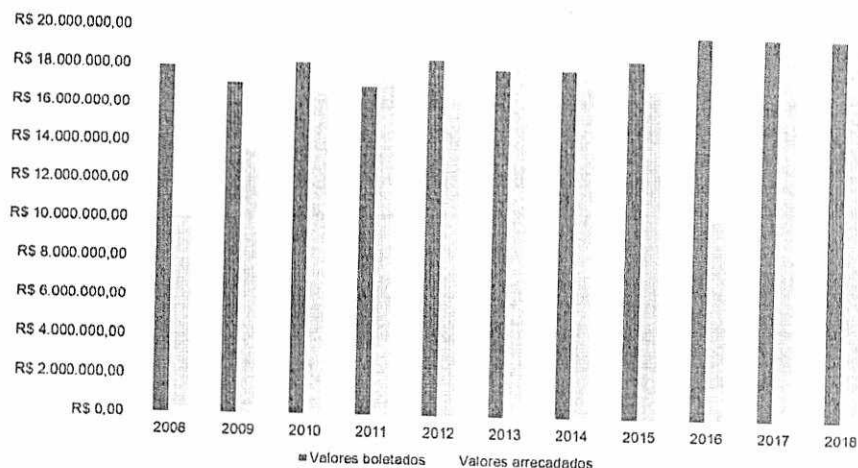


Figura 9. Histórico da Cobrança PCJ Federal (2008 a 2018)

Em relação ao histórico da Cobrança PCJ Federal apresentado na Figura 9, é possível observar uma queda acentuada na arrecadação no ano de 2016, em grande medida causada pela contestação de valores e pelo não pagamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos pela Sabesp, para a transposição do Cantareira, porém com recuperação parcial nos anos seguintes.

Em contrapartida, os valores arrecadados com a Cobrança PCJ Paulista têm aumentado desde 2014, conforme apresentado abaixo na Figura 10. Parte expressiva deste crescimento é resultado do trabalho de regularização e parcelamento de débitos, que recuperaram valores importantes referentes a exercícios anteriores.

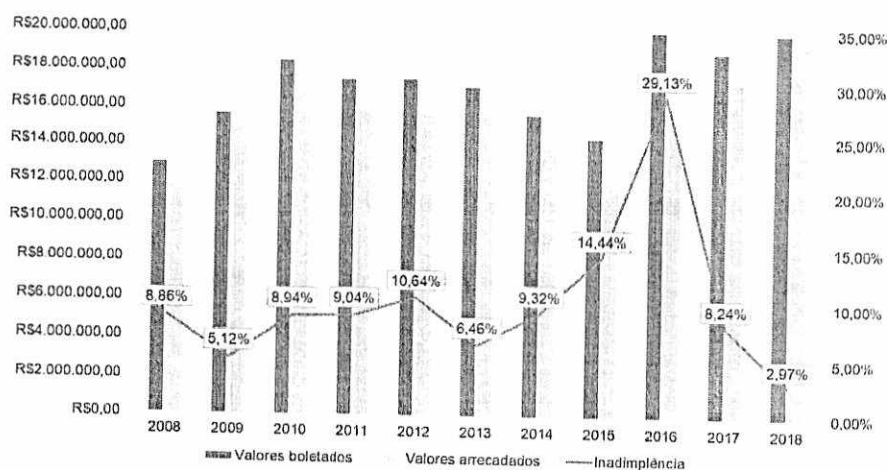


Figura 10. Histórico da Cobrança PCJ Estadual (2008 a 2018)

*M. Pereira*



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Uma das ferramentas que auxiliaram na recuperação de valores de exercícios anteriores foi o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (Cadin Estadual SP). Em 2017, a Agência das Bacias PCJ iniciou a inclusão dos usuários inadimplentes no Cadin Estadual e, em 2018, os inadimplentes também passaram a ser incluídos no Sistema de Dívida Ativa do Estado de São Paulo. Como resultado das ações, 12% da receita da Cobrança PCJ Paulista em 2018 foi proveniente da recuperação de débitos. Outro ponto de destaque foi a redução da taxa de inadimplência de 30%, em 2016, para aproximadamente 3% em 2018.

Além da arrecadação, o investimento correto dos recursos financeiros é fundamental para o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, visto que os valores arrecadados deverem retornar às Bacias PCJ em forma de projetos e obras que visam a melhoria em diversas áreas, como por exemplo, a de esgotamento sanitário e de controle de perdas de água no abastecimento público, além de instrumentos de gestão de recursos hídricos

Ao longo dos anos, os Comitês PCJ vêm realizando um trabalho intenso no sentido de aprimorar os projetos apresentados e selecionados, aperfeiçoando as regras para o processo de hierarquização, contratação e desembolso dos recursos. Por outro lado, a Agência das Bacias PCJ em sua função de Agência de Água trabalha visando o cumprimento de metas de desembolso anual dos recursos da Cobrança PCJ Federal, conforme meta do segundo Termo Aditivo do Contrato de Gestão firmado com a ANA.

## 2.2. Outorgas e Cadastro

A outorga é definida como um instrumento de gestão com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo direito de acesso a água. Na Lei nº 9.433/97, são definidos como sujeitos de outorga a derivação e captação de água superficial, a extração de água do aquífero, o lançamento de água superficial de resíduos líquidos ou gasosos, o aproveitamento dos potenciais elétricos e qualquer outro uso que altere o regime, a quantidade e a qualidade da água. São isentos da outorga o uso de recursos hídricos por pequenos núcleos populacionais rurais e as derivações, captações, lançamentos e acumulações de volumes de água considerados insignificantes.

Por abranger dois Estados (São Paulo e Minas Gerais), as Bacias PCJ possuem corpos hídricos tanto sob dominialidade dos Estados quanto da União. O cadastramento de usuários nos sistemas das Cobranças nas Bacias PCJ, portanto, é subdividido em três dominialidades: Federal, Estadual Paulista e Estadual Mineira, que constam, respectivamente, nos bancos de dados dos sistemas de cobrança da ANA, da Agência das Bacias PCJ e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM. Inclusive,

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



considera-se que há grande dificuldade para a Agência das Bacias PCJ reunir todos os dados, devido as distintas metodologias e sistemas adotados para controle das três dominialidades das Cobranças.

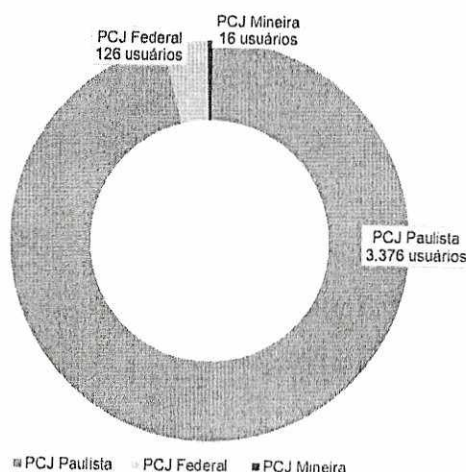


Figura 11. Quantidade de usuários ativos em Cobrança nas Bacias PCJ (2018)

A Agência de Bacias PCJ vem desenvolvendo uma série de ações para permitir a unificação de outorgas e cadastros de usuários existentes com o intuito de garantir mais agilidade e consistência nas informações. O recurso financeiro vem sendo destinado para ações de apoio aos trabalhos de fiscalização, cadastramento, licenciamento e regularização de outorgas de poços tubulares profundos e captações superficiais; parceria com entidades ligadas ao setor para realização de outorgas de uso no meio rural; e o desenvolvimento do sistema das Cobranças.

## 2.3. Enquadramentos dos Corpos D'água

O enquadramento dos corpos de água em classes de uso é um dos instrumentos da gestão dos recursos hídricos da PNRH. A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre diretrizes ambientais para o enquadramento, que tem seus procedimentos gerais determinados pela Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 91, de 5 de novembro de 2008. Por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade a serem mantidos ou alcançados nos corpos d'água é possível estabelecer de forma sustentável os usos múltiplos das águas na bacia hidrográfica. A legislação que especifica o enquadramento dos corpos d'água superficiais paulistas, é o Decreto nº 10.755, de 22 de novembro de 1977.



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



As principais premissas para balizar o enquadramento em uma bacia hidrográfica devem considerar os usos dos recursos hídricos; os parâmetros de qualidade da água que serão priorizados; a vazão de referência considerada; e, por fim, as metas que deverão ser atingidas. Nos últimos anos houve inúmeras discussões acerca da questão do enquadramento nas Bacias PCJ. No encaminhamento final das mesmas, expresso no Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, foi definida uma proposta de atualização do enquadramento.

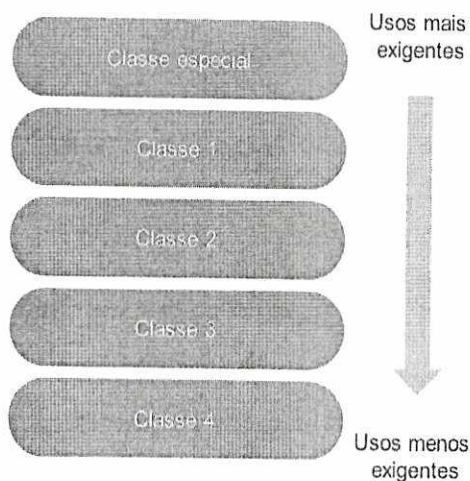


Figura 12. Classificação dos corpos d'água conforme Resolução Conama nº 357/05

A proposta original de atualização do enquadramento aprovada pelos Comitês PCJ no ano de 2010, previa a mudança do Rio Jundiá de classe 4 para classe 3, no trecho situado a partir da confluência com o Córrego Pinheirinho até a confluência com o Rio Tietê. Essa alteração se justificou, sobretudo, pela necessidade de atender às demandas previstas para abastecimento público na região.

Por ocasião da crise hídrica, em 2014, os Comitês PCJ optaram, entretanto, por encaminhar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos paulista (CRH-SP) uma proposta para reenquadramento de parte do Rio Jundiá, no trecho compreendido entre a foz do Ribeirão São José e a foz do Córrego Barnabé. Tal encaminhamento ocorreu mediante solicitação da Prefeitura Municipal de Indaiatuba e foi baseado em estudos sobre a qualidade da água do Rio Jundiá, realizados pela Cetesb. Essa proposta foi discutida e aprovada pelos Comitês PCJ por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 206, de 08 de agosto de 2014, e referendada pelo CRH-SP por meio da Deliberação nº 162, de 09 de setembro de 2014.

Em decorrência do reenquadramento desse trecho do Rio Jundiá, uma nova proposta complementar foi discutida e aprovada pelos Comitês PCJ, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 261, de 16 de dezembro de 2016. Propôs-se, desta forma, a alteração para classe 3 o Rio Jundiá nos trechos que ainda se enquadravam como classe 4 (ou seja, da foz do Córrego Pinheirinho, em Várzea Paulista, até a confluência com o Ribeirão São José, em Itupeva, à jusante da cidade). A proposta foi

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



referendada pelo CRH-SP por meio da deliberação nº 202, de 24 de abril de 2017, e tornou o Rio Jundiá o primeiro rio a ser totalmente reenquadrado na história do país.

## 2.4. Plano de Bacias

Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. Estes devem possuir metas de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível ao período de implantação de seus projetos.

O conteúdo mínimo Planos de Recursos Hídricos, exigido pela Lei nº 9.433/97, compreende: diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos; análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo; balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais; metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis; medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas; prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos; diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

Desde 2016, o Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, passa por um processo de revisão coordenado pela Agência das Bacias PCJ, em articulação com os Comitês PCJ e com os órgãos gestores de recursos hídricos que atuam na região.

Regimentalmente, a Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ é a instância que acompanha o processo de elaboração dos planos, apoiada por um grupo de trabalho denominado GT- Acompanhamento.

Com horizonte de planejamento até 2035, a revisão do Plano de Bacias PCJ buscou fortalecer a participação de todas as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, bem como da sociedade civil. Visando pactuar compromissos com os atores da região das bacias e construir documentos com a identidade dos Comitês PCJ, as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ estiveram envolvidas ao longo da concepção de cinco cadernos temáticos. Elas exerceram, ainda, um papel fundamental na definição das prioridades para execução das ações previstas no plano. Foram ainda realizadas Audiências Públicas para apresentação e discussão das propostas com a sociedade.

Com previsão de encerramento no primeiro semestre de 2020, o processo de revisão trouxe à tona importantes debates e fundamentará um redesenho para estratégia de recuperação dos recursos hídricos das Bacias PCJ.



Acesse nosso site  
para mais informações  
sobre o Plano das  
Bacias PCJ



*M. F. F. F.*



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



Acesse nosso site  
para mais informações  
sobre o Relatório de  
Situação das Bacias  
PCJ



## 2.5. Relatório de Situação

Criado para avaliar a eficácia do Plano de Recursos Hídricos, o Relatório de Situação é um instrumento instituído no Estado de São Paulo por meio da Lei Estadual nº 7.663/91 e tem como objetivo dar transparência à administração pública e subsídios às ações dos Poderes Executivos e Legislativos de âmbito municipal, estadual e federal.

O Relatório de Situação das Bacias PCJ começou a ser divulgado em 1993. Desde 2007, estes relatórios passaram a ser publicados de acordo com metodologia proposta pela antiga Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) paulista, atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) que se baseia no uso de um conjunto de indicadores organizados em uma estrutura denominada "matriz FPEIR" (Força-Motriz, Pressão, Estado, Impacto e Resposta). Tal orientação surgiu em discussões ocorridas no Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), diante do desafio de tornar o Relatório de Situação mais conciso e com periodicidade anual.

Através desses relatórios, pode-se verificar, por exemplo, que a disponibilidade per capita de água superficial nas Bacias PCJ é bastante limitada e existe uma tendência de contínua diminuição da quantidade de água disponível por habitante, conforme apresentado na Figura 13. Tal tendência deve-se ao crescimento populacional frente a uma disponibilidade hídrica constante.

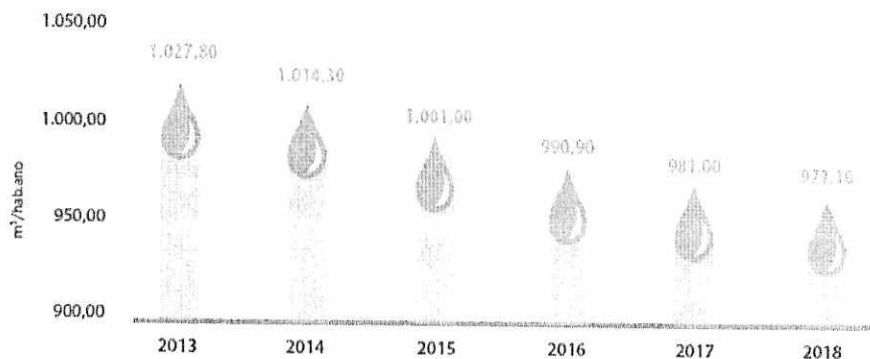


Figura 13. Disponibilidade per capita de água superficial nas Bacias PCJ

Fonte: Dados disponibilizados pela Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHI), (SÃO PAULO, 2019).

No que diz respeito a qualidade dos recursos hídricos das Bacias PCJ, pode-se observar nos últimos anos uma tendência de aumento na frequência de pontos considerados ótimo ou bom até o ano de 2012, conforme apresentado na Figura 14. Em

*Manthi*

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



2009, registrou-se uma relativa piora no indicador, dada a ocorrência de chuvas mais intensas nesse ano, podemos associar a relativa piora com a poluição difusa, trazida indiretamente pelas águas das chuvas.

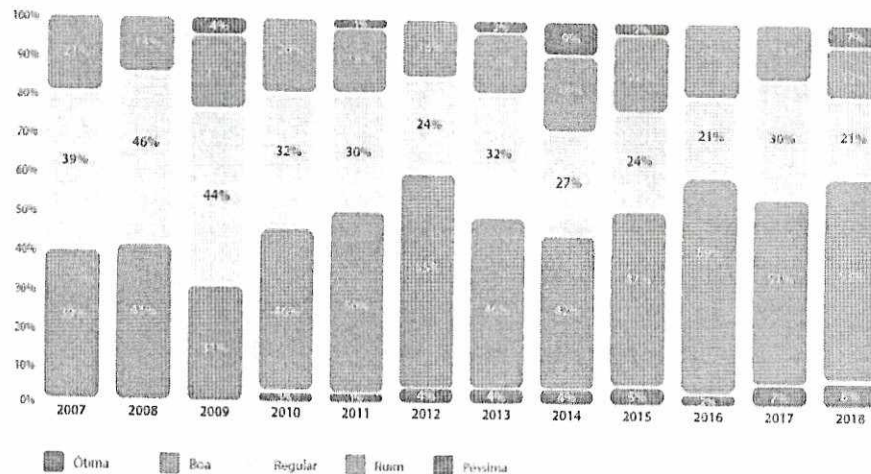


Figura 14. Resultados do Índice de Qualidade de Água (IQA) para a porção das Bacias PCJ localizada no Estado de São Paulo

Fonte: Relatórios de Qualidade das Águas Superficiais no Estado de São Paulo da Cetesb (2007/2018).

No ano de 2014, observam-se indícios de severo comprometimento da qualidade do corpo hídrico, visto que este foi um ano de expressiva estiagem, com o aumento na proporção de postos classificados como ruins, e consequente redução daqueles em situação boa e ótima. Para o ano de 2017, observa-se que há uma expressiva melhora na qualidade da água, em que não são encontrados pontos de monitoramento em situação péssima e o aumento daqueles em situação considerada como ótima. Para o ano de 2018, ainda que se tenha verificado um aumento do número de pontos com qualidade péssima, o número de postos que demonstram qualidade ótima e boa aumentou em relação ao ano anterior.

Em se tratando das questões relativas à racionalização do uso dos recursos hídricos e à recuperação da qualidade da água nas Bacias PCJ, o saneamento é um tópico de destaque, visto que esta é a temática que envolve a maior parte das ações elencadas e priorizadas no Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020.

No tocante ao esgotamento sanitário urbano, o índice médio de coleta de esgoto doméstico nas Bacias PCJ verificado para 2018 foi 84,8%, considerando-se a proporção da população atendida. Já o valor médio do tratamento do esgoto gerado nas Bacias



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



PCJ foi de 72% para o ano de 2018, considerando-se a proporção relativa à da população residente nas bacias e efetivamente atendida. As Bacias PCJ vinham assistindo um processo com graduais melhorias no tratamento, desde 2006, quando o patamar de tratamento era de 40%.

## 2.6. Sistemas de Informações

O Instrumento "Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos" é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informação sobre recursos hídricos e fatores relacionados à gestão. Seus objetivos são: reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil; atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional; e fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

Entre os princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos estão a descentralização da obtenção e produção de dados e informações; a coordenação unificada do sistema; e o acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade. Para as Bacias PCJ estão disponíveis informações na Sala de Situação da ANA e a Sala de Situação PCJ.

A Sala de Situação da ANA, foi inaugurada em 2009 e desde então monitora e analisa a evolução das chuvas, dos níveis e da vazão do Sistema Cantareira. Todas as informações são compartilhadas por meio de boletins e de sistemas de monitoramento, servindo de suporte para a tomada de decisão.

A Sala de Situação PCJ (SSPCJ) foi instalada em outubro de 2010 no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), na Diretoria da Bacia do Médio Tietê (BMT), em Piracicaba, com recursos da Cobrança PCJ Paulista, por deliberação dos Comitês PCJ. Esta foi criada com o objetivo de monitorar e informar a ocorrência de eventos hidrológicos críticos, monitorar o volume captado por usuários de recursos hídricos, desenvolver e divulgar boletins com dados de chuva, nível e vazão monitorados em tempo real e fornecer informações hidrológicas para elaboração de estudos. Todas essas atividades visam, em suma, subsidiar tomadas de decisão e ações de fiscalização de órgãos gestores e auxiliar no gerenciamento dos recursos hídricos. A Agência das Bacias PCJ presta apoio operacional e auxilia no contínuo aprimoramento da estrutura da Sala de Situação PCJ.

Dentre as ferramentas mantidas pela Agência das Bacias PCJ utilizadas para o planejamento e gestão dos recursos hídricos, destacam-se três: i) a rede telemétrica de monitoramento; ii) o Sistema de Suporte à Decisões das Bacias PCJ (SSD PCJ) e o iii) Sistema de Previsão Hidrometeorológico das Bacias PCJ (SPHM-PCJ). Este último foi



Acesse o site da Sala de Situação PCJ (SSD) para mais informações



*M. F. M. F.*

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



desenvolvido pelo Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) e dispõe de previsões meteorológicas para todos os municípios das Bacias PCJ, além de previsões probabilísticas de vazão para pontos de controle da outorga do Sistema Cantareira. Dessa forma, são fornecidos subsídios ao DAEE e à Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ para otimizar tomadas de decisão acerca das vazões a serem descarregadas, sem que haja desperdício no uso da água reservada. Ressalta-se que esses produtos são disponibilizados em página web de acesso restrito aos órgãos gestores e aos membros da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ.

*Month*



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agência das Bacias PCJ tem se dedicado de forma singular a enfrentar todos os desafios impostos diante de tantas demandas. Ao longo de muitos anos, a questão ambiental foi pouco debatida e instituir a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ representou um grande passo para aqueles que se dispuseram a enfrentar uma causa pouco conhecida: a gestão dos recursos hídricos e trabalhar em prol do assunto.

Agora, passada uma década da criação da Agência das Bacias PCJ, evidencia-se que tal instrumento é realmente efetivo. São mais de 700 obras e projetos financiados, finalizados ou em andamento, que contabilizam melhorias para mais de 5 milhões de moradores das 76 cidades localizadas nas Bacias PCJ.

Hoje, com a participação dos recursos arrecadados com as Cobranças PCJ, a maior parte dos municípios das Bacias PCJ possui atendimento urbano de água, rede de distribuição de água na área urbana, superior a 90%, bem como na maior parte dos municípios das Bacias PCJ o índice de atendimento de coleta de esgoto é superior a 90%.

Agência das Bacias PCJ ampliou suas atividades, notadamente com o advento do Plano de Aplicação Plurianual – PAP PCJ – em 2013, que delegou à Agência, por meio de ações de demandas induzidas, uma série de projetos que mudaram, em definitivo, o perfil da nossa instituição. Podemos afirmar que atualmente temos uma gestão mais adequada das informações, mais harmonia institucional e, portanto, mais condições de assertividade na gestão dos recursos hídricos da nossa região.

Portanto, estamos trabalhando bastante, mas sabemos que ainda há muito a ser feito. O desenvolvimento econômico e social das Bacias PCJ não para, e continua demandando recursos hídricos e investimentos pesados nos principais segmentos da economia.

Neste sentido, a renovação do Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas torna-se imprescindível para a continuidade do bom andamento das atividades desempenhadas pela Agência das Bacias PCJ.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBIH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL)



COMITÊS PCJ

## INVESTINDO NO FUTURO DAS BACIAS PCJ



COMITÊS PCJ

[www.comitespcj.org.br](http://www.comitespcj.org.br)



**Agência das Bacias PCJ**

[www.agencia.baciaspcj.org.br](http://www.agencia.baciaspcj.org.br)

*M. Pereira*



**CONSTRUTORA TENDA S.A.**

CNPJ/MF nº 71.476.527/0001-35 - NIRE 35300348206 - Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2019**

1. **Data, Hora e Local:** No dia 5 de dezembro de 2019, às 10h00 horas, na sede da Construtora Tenda S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Álvares Penteado, 61, 5º andar, Centro, CEP 01012-001. 2. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Presentes os conselheiros José Urbano Duarte, Mauricio Luis Luchetti, Mario Mello Freire Neto, Eduardo Ferreira Pradai, Flavio Uchôa Teles de Menezes, Claudio José Carvalho de Andrade e Rodolpho Amboss, tendo-se verificado, portanto, quórum de instalação e aprovação. 3. **Composição da Mesa:** Presidente: Claudio José Carvalho de Andrade. Secretário: Rodrigo Isaias Gonçalves. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (I) nos termos do parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a aprovação da realização, bem como dos termos e condições, da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, da Companhia, no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Emissão" e "Debênture", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Restrita"); (II) a autorização à diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita; e (III) ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita. 5. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, foi deliberado, pela unanimidade dos conselheiros presentes e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: (I) nos termos do parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, aprovar a realização, pela Companhia, da Emissão e da Oferta Restrita, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no âmbito da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo): (a) **Número da Emissão:** A Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Companhia; (b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"); (c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; (d) **Quantidade:** Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures; (e) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (f) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será 5 de dezembro de 2019 ("Data de Emissão"); (g) **Destinação de Recursos:** Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados pela Companhia, em sua integralidade, para a gestão ordinária da Companhia, incluindo reforço de capital de giro e incremento de sua estrutura patrimonial; (h) **Depósito para Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão depositadas para (I) distribuição no mercado primário por meio de MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento Celip UTMV ("B3"), sendo a distribuição líquida financeiramente por meio da B3; e (II) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (i) **Forma e Características:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador das Debêntures (os quais serão contratos pela Companhia e indicados na Escritura de Emissão), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista; (j) **Convertibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (k) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfrica, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência; (l) **Prazo e Data de Vencimento:** Rescalvadas as hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de dezembro de 2024 ("Data de Vencimento"); (m) **Colocação:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), com a intençãoção de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Debêntures ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures ("Garantia Firme"), tendo como público alvo Investidores Profissionais (conforme definido na Escritura de Emissão); (n) **Prazo de Subscrição:** Respeitado o atendimento dos requisitos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 74-A, 8º, parágrafo 2º, e 8º-A da Instrução CVM 476, limitada à data limite de colocação prevista no Contrato de Distribuição; (o) **Forma de Subscrição e de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas eletronicamente por meio do MDA, sendo a distribuição líquida financeiramente por meio da B3, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moda corrente normal pelo Valor Nominal Unitário, na 1ª (primeira) Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização"), ou pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização até a respectiva Data de Integralização, no caso das integralizações que ocorram após a Primeira Data de Integralização; (p) **Atualização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário não será atualizado; (q) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, de "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e conjunto com a Taxa DI, "Barragem", calculada, acumulada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI e Barragem"), e conjunto com a Taxa DI e Barragem, calculada, acumulada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI e Barragem e Juros Remuneratórios"); (r) **Forma de Pagamento:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, acrescido do prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado descrito acima, correspondente aos percentuais previstos na Escritura de Emissão; (w) **Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, da totalidade (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais

Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para acatamento do resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do resgate, acrescido (I) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (II) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo; (x) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 13º, e, conforme aplicável, no artigo 15º da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (y) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, (I) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (II) multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"); (z) **Vencimento Antecipado Automático:** Observados os termos da Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos, sendo certo que os prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (thresholds), especificações, ressalvas e exceções em relação a tais hipóteses serão negociados e definidos na Escritura de Emissão, prevalecendo, em qualquer caso, os termos ali previstos: (i) inadimplemento, pela Companhia, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão relativa às Debêntures; (II) (a) decretação de falência, insolvência ou concurso de credores da Companhia e/ou de suas Controladas (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) pedido de autoliquidação formulado pela Companhia e/ou suas Controladas; (c) pedido de falência da Companhia e/ou suas Controladas formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou suas Controladas, independentemente do deferimento ou homologação do extrajudicial, pelo juiz competente, sendo certo que os prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (thresholds), especificações, ressalvas e exceções em relação a tais hipóteses serão negociados e definidos na Escritura de Emissão, prevalecendo, em qualquer caso, os termos ali previstos; (e) (f) protesto de títulos contra a Companhia (ainda que na condição de garantidora); (II) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária contraída no Brasil ou no exterior da Companhia não decorrente da Escritura de Emissão (ainda que na condição de garantidora); (III) redução de capital da Companhia; (IV) resgate ou amortização de ações, distribuído pela Companhia de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas; (V) descomprimento, pela Companhia, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação não realizada por qualquer uma das Debêntures; (VI) descumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial, decisão arbitral e/ou administrativa com exigibilidade imediata em face da Companhia; (VII) mudança ou alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão; (VIII) a Companhia deixar de ter seu registro de companhia aberta ou tenha seu registro de companhia aberta suspenso perante a CVM; (IX) não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações, dispensas, concessões, subvenções, alvarás ou licenças e/ou protocolos de requerimento, inclusive as ambientais, exigidas para a regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia; (X) caso as declarações feitas pela Companhia na Escritura de Emissão provêm-se ou revelarem-se falsas, incorretas e/ou enganosas; (XI) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja a sociedade incorporada), incorporação de ações da Companhia ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Companhia; (XII) caso qualquer acionista passe a deter o Controle (conforme definido na Escritura de Emissão) societário da Companhia; (XIII) não pagamento pela Companhia das despesas da Emissão, descritas na Escritura de Emissão; (XIV) descumprimento de qualquer obrigação decorrente (A) da Legislação Sociocientífica (conforme definido na Escritura de Emissão); e/ou (B) das Normas Anticorrupção, conforme definido na Escritura de Emissão; (XV) caso a Companhia não realize o resgate antecipado que gera prioridade de recebimento de outras Dividas Financeiras; e (XVI) não manutenção, pela Companhia, do seguinte índice financeiro, a ser apurado trimestralmente: Dívida Líquida Corporativa/Patrimônio Líquido < 15% (conforme definições na Escritura de Emissão); e (b) **Demais Condições:** Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão tratadas na Escritura de Emissão. (II) autorizar a Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a praticar todo e qualquer ato necessário e/ou conveniente à realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando (a) à contratação do Coordenador Líder e demais prestadores de serviços no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita, com os seus assessores legais, o agente fiduciário das Debêntures, o agente de liquidação das Debêntures, o escriturador das Debêntures e a B3, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; (b) a discussão, negociação e definição dos termos e condições, bem como a celebração e/ou assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão e/ou da Oferta Restrita, tais como: (i) o "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, da 6ª (Sexta) Emissão da Construtora Tenda S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); e seus eventuais aditamentos; e (II) outros contratos, requerimentos, formulários, declarações, e/ou documentos pertinentes à realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita, observado o disposto nas deliberações acima; e (III) ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, esta foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Assinaturas: Maga Claudio José Carvalho de Andrade (Presidente), Rodrigo Isaias Gonçalves (Secretário), Conselheiros: Claudio José Carvalho de Andrade (Presidente), José Urbano Duarte, Mauricio Luis Luchetti, Mario Mello Freire Neto, Eduardo Ferreira Pradai, Flavio Uchôa Teles de Menezes e Rodolpho Amboss. São Paulo, 5 de dezembro de 2019. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio. Rodrigo Isaias Gonçalves - Secretário

**MANRIQUE, PANHOZZI & CIA LTDA**

CNPJ/MF nº 22.889.416/0001-46 - NIRE nº 35230144551

Na qualidade de administradores da empresa MANRIQUE, PANHOZZI & CIA LTDA (CNPJ nº 22.889.416/0001-46), os sócios Rafael Rúbio e Fernanda Jocastra Morato Panhozzi convocam a sócia Patrícia Cristina Manrique para tomar parte na reunião de sócios que ocorrerá no próximo dia 23.12.2019 (segunda-feira), às 10:30hs, em primeira convocação, e, caso não haja quórum suficiente, às 11:00hs, em segunda convocação, com a participação dos presentes, nas dependências da empresa DEC - Distribuidora de Gás, na Rua Maar Matheus, nº 991, Vila dos Lavradores, na cidade de Boticatuba, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) destituição do sócio Patrícia Cristina Manrique do cargo de administradora da empresa; b) destituição do Antonio Carlos Manrique do cargo de administrador da empresa e c) alteração do contrato social em razão das deliberações tomadas, Rafael Rúbio / Fernanda Jocastra Morato Panhozzi.

**DEC - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA**

CNPJ/MF nº 06.124.988/0001-87 - NIRE nº 35218781228

Na qualidade de administradores da empresa DEC - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA (CNPJ nº 06.124.988/0001-87), os sócios Rafael Rúbio e Fernanda Jocastra Morato Panhozzi convocam a sócia Patrícia Cristina Manrique para tomar parte na reunião de sócios que ocorrerá no próximo dia 23.12.2019 (segunda-feira), às 9:00hs, em primeira convocação, e, caso não haja quórum suficiente, às 9:30hs, em segunda convocação, com a participação dos presentes, nas dependências da DEC - Distribuidora de Gás, na Rua Maar Matheus, nº 991, Vila dos Lavradores, na cidade de Boticatuba, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) destituição do sócio Patrícia Cristina Manrique do cargo de administradora da empresa; b) destituição do Antonio Carlos Manrique do cargo de administrador da empresa e c) alteração do contrato social em razão das deliberações tomadas, Rafael Rúbio / Fernanda Jocastra Morato Panhozzi.

**PROGUAÇU S/A - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E HABITAÇÃO DE MOGI-GUAÇU**

CNPJ 54.672.845/0001-52

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2019

OBJETO: Aquisição de aproximadamente 1.236 cestas básicas de alimentos, com entrega parcelada, TIPO DE LICITAÇÃO: menor preço unitário. JULGAMENTO: Em atendimento aos dispositivos da Lei 8666/93 e ao Edital da presente TP, a Comissão de licitações classificou as empresas participantes na seguinte ordem: 1ª W&C ALIMENTOS EIRELI - Valor Unitário R\$ 125,00; 2ª NUTRICIONAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - Unitário R\$ 133,47 e 3ª COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA - Valor Unitário R\$ 147,00. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses DATA DE ASSINATURA: 18 de novembro de 2019. LUIS WANDERLEY BRUNHERO - PRESIDENTE (Esta publicação custou aos cofres públicos o valor de R\$74,00 (Setecentos e setenta e quatro reais))

**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**

CNPJ 11.513.961/0001-16

**Resumo de Deliberações**  
Comunicamos que está disponível no site [www.comitespcj.org.br](http://www.comitespcj.org.br) a Integra da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 107/19, de 13/12/19, que Aprova o parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2019 sobre o empreendimento Realização das Centrais Hidrelétricas Santa Rita e Leopoldina, sob responsabilidade da Estel Energia Ltda., no município de Rafard/SP, Luiz Roberto Moretti - Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, Barjas Negri - Presidente do CBH-PCJ e do PCJ Federal.

**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**

CNPJ 11.513.961/0001-16

**Resumo de Deliberações**  
Comunicamos que está disponível no site [www.comitespcj.org.br](http://www.comitespcj.org.br) a Integra da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/19, de 13/12/19, que Aprova indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ para desempenhar, transitoriamente, funções de Agência de Águas dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí como entidade delegatária das funções de Agência de Águas PCJ, Luiz Roberto Moretti - Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, Barjas Negri - Presidente do CBH-PCJ e do PCJ Federal.

**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**

CNPJ 11.513.961/0001-16

**Resumo de Deliberações**  
Comunicamos que está disponível no site [www.comitespcj.org.br](http://www.comitespcj.org.br) a Integra da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 102/19, de 13/12/19, que Cancela indicação de empreendimento cujo tomador é o Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara d'Oeste, financiado com recursos da Cofreção PCJ Paulista, exercício de 2017, de autoria da EEEB BARRAÇOÁ e da outra provida pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAMA) de Santa Bárbara d'Oeste, Barjas Negri - Presidente do CBH-PCJ e do PCJ Federal, Barjas Negri - Presidente do CBH-PCJ e do PCJ Federal.